Levantamento de teses e dissertações nos programas de pós-graduação em Segurança Pública sobre proteção dos povos indígenas

Autor(res)

Aline Anjos Da Rosa
Cristiane Dos Santos Alves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Introdução

A formação do campo de conhecimento em Segurança Pública é recente no Brasil e ainda está em consolidação, carece de reconhecimento como campo científico autônomo, uma vez que, é a garantidora dos direitos fundamentais. As instituições policiais frequentemente operam com base em saberes emprestados de outras disciplinas ou em práticas despadronizadas.
Crimes ambientais praticados em terras indígenas (TI) é uma realidade no Brasil. As TI têm uma relevância geopolítica, cultural e ambiental no Brasil e são essenciais para a manutenção da vida no planeta.
No Brasil, há uma Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, no entanto, tal documento não inclui módulos sobre direitos indígenas ou crimes ambientais, contrariando o Artigo 15 da DNUDPI.

Objetivo

Diante deste cenário, o presente artigo realiza um levantamento das produções acadêmicas (teses e dissertações) que investigam o tema proteção dos direitos dos povos indígenas nos programas de pós-graduação stricto sensu em Segurança Pública no território nacional. A urgência desse debate está registrada nos artigos 26, 29, 32 e 38 da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígena

Material e Métodos

Para realização do presente estudo, a metodologia utilizada foi a quali-quantitativa por meio do levantamento bibliográfico de teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação em Segurança Pública tendo como fontes: a Plataforma Sucupira para o levantamento dos programas; os sites/páginas dos programas de pós-graduação localizados na Plataforma Sucupira e o Banco de Teses e Dissertações da Capes. O levantamento foi realizado no seguinte período: segunda quinzena do mês de maio de 2025 e primeira quinzena do mês de junho de 2025.
Foi eleito o período de 2012 a 2025 devido a localização do registro da primeira produção que versa sobre o tema pesquisado.

Resultados e Discussão

Foram localizados nove programas de pós-graduação em Segurança Pública na Plataforma Sucupira. Convém destacar que, na região Centro Oeste, não foi localizado nenhum curso de pós-graduação stricto sensu que realize estudos sobre a temática da Segurança Pública. Já a região Norte é a zona com maior destaque no número de programas, possuindo quatro. Constatou-se que há um predomínio de programas de pós-graduação na modalidade profissional. Sendo que somente dois são acadêmicos. Nas regiões Sul e Nordeste existe apenas um programa em cada uma, sendo este do nível de mestrado profissional. Por fim, na região Sudeste, existem três mestrados.

Conclusão

O texto aborda a Segurança Pública no Brasil como campo de conhecimento recente e ainda em construção, carecendo de reconhecimento como campo científico autônomo. A pesquisa revela uma falta e uma omissão na produção acadêmica nessa área, destacando a urgência de mais estudos que integram Segurança Pública com a proteção dos indígenas e as questões ambientais.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o estatuto do Índio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1973.
BRASIL. Relatório Figueiredo: Atividades do Serviço de Proteção aos Índios 1967. Reencontrado em 2013]. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2013.
CAPES. Sucupira – Plataforma de Avaliação – Busca de avaliados reconhecidos. CAPES, s.d. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/#busca_avaliados_reconhecidos. Acesso em: 18 maio de 2025.
CAPES. Catálogo de teses. Plataforma CAPES, s.d. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 18 de maio de 2025.
CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2015. Brasília: CIMI, 2016. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf.